

**MINUTA ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA - CIMGC
05 de maio de 2016, 5ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sala dos
Conselhos, 5º andar**

Membros Participantes

| |
|---|
| 1. Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 2. Cibele Dutra de França – Ministério dos Transportes |
| 3. Fernando Araldi – Ministério das Cidades |
| 4. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente |
| 5. Jorge P. Jobim – Ministério de Minas e Energia |
| 6. Johaness Eck – Casa Civil |
| 7. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior |
| 8. Luiz de Andrade Filho – Ministério das Relações Exteriores |
| 9. Ana Luiza O. Champloni – Ministério da Fazenda |
| 10. Mauro C. Lambert B. Ribeiro – Ministério do Planejamento |

Outros Participantes

| |
|---|
| 1. Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 2. Susanna Erica Busch - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 3. Danielly Godiva Santana Molleta - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 4. Ricardo R. Pavan da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 5. Ricardo Costa – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 6. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia |
| 7. Mário Henrique R. Mendes – Ministério do Meio Ambiente |

Assuntos abordados

1. Abertura da Reunião

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) conduziu a 92ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), a qual teve início às 14h:24min. Ao iniciar a reunião, solicitou a inserção, no item 2, de um novo projeto (474/2016 – Programa de Energia Eólica Queiróz Galvão Energias Renováveis) recebido em 05 de maio de 2016. Justificou essa solicitação informando aos presentes que a antecipação da reunião previamente agendada para 13 de maio não poderia prejudicar os trâmites de recebimento de novos projetos e de respostas de revisão ou ressalvas conforme prazos determinados nas resoluções da CIMGC. Ressaltou que a antecipação da reunião foi motivada pela coincidência de data com a 44ª sessão dos Órgãos Subsidiários de Implementação (SBI-44) e de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA-44) e 1ª Reunião do Grupo de Trabalho “Ad Hoc” sobre o Acordo de Paris (APA-1), das quais alguns membros da Comissão irão participar. A solicitação foi acatada pelos presentes.

2. Aprovação da Ata da 91ª reunião ordinária da CIMGC.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o representante do MCTI consultou aos presentes sobre a aprovação da ata da 91ª reunião ordinária da CIMGC e não havendo objeção, a mesma foi considerada aprovada.

3. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC:

Dando seguimento a pauta, o representante do MCTI informou o recebimento de dois novos projetos: 1) 473/2016 – Programa de atividades brasileiro para projetos de energia renovável não convencional incentivados por ações de mitigação nacionalmente apropriadas, recebido em 02/05/2016; e 2) 474/2016 – Programa de energia eólica Queiróz Galvão Energias Renováveis, recebido em 05/05/2016, os quais, a partir de então, passaram a ser considerados submetidos à Comissão.

4. Projeto em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC:

O representante do MCTI informou que havia apenas uma atividade de projeto nessa situação, a de nº 470/2015 – Projeto de Usina de Biomassa SLC - (Of. 12/2015 de 20/11/2015, com resposta em 14/04/2016) e a deliberação da Comissão sobre esta atividade de projeto foi pela aprovação.

5. Deliberação sobre os projetos de MDL submetidos à Comissão em 15 de março de 2016 (91ª reunião ordinária):

Estavam registrados na agenda, para deliberação, duas atividades de projeto nesta situação:

5.1. 471/2016 – Projeto MDL da Energia dos Ventos I, II, III, IV e X (JUN1184) Brasil - recebido em 12/02/2016, cuja deliberação da Comissão foi pela aprovação.

5.2. 472/2016 – Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas: São Pedro, Carangola, Calheiros, São Simão, Funil, São Joaquim, Fumaça IV, Jataí, Irara, Bonfante, Monte Serrat, Santa Fé, doravante denominadas grupo (“agrupamento”) no Brasil - recebido em 04/03/2016, cuja deliberação da Comissão foi pela aprovação com ressalvas para atender as seguintes exigências:

No DCP e PDD

a) É necessária a revisão de ambos os documentos. Foram encontradas falhas, como, por exemplo:

- Informações desatualizadas levando-se em conta os demais documentos entregues à CIMGC, como, por exemplo, as informações relacionadas às licenças ambientais das PCHs componentes do projeto.

- No item A.1 (página 2 do PDD e DCP) é citado que o projeto é localizado, entre outros Estados, no estado do Mato Grosso do Sul. É necessário que o proponente justifique ou elimine a menção ao estado do Mato Grosso do Sul, visto que, segundo o

- No primeiro parágrafo da página 5 de ambos os documentos é necessário retirar a frase: “Erro! Fonte de referência não encontrada”.

- As tabelas 14 e 15 (página 23 do PDD e na página 22 do DCP), tabela 16 (página 27 do PDD e na página 26 do DCP) não correspondem entre si. Corrigir os documentos de modo que ambas apresentem o mesmo conteúdo.

- No item B.7.3 na página 44 do PDD e DCP, é citado “o monitoramento do proposto POA”. Este projeto é um agrupamento. Esta informação deve ser corrigida em ambos os documentos.

- Sugere-se que seja realizada a retificação do item C.2.2 (página 46 do DCP e PDD) de modo que conste “1º de janeiro de 2016 ou a data de registro do MDL, o que ocorrer mais tarde”.

- No primeiro parágrafo da página 53 do DCP e PDD, é necessária a readequação do texto de modo a estar em conformidade com o descrito o artigo 1 da Resolução CIMGC nº 10. Deve estar claro que todos os atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo devem ser convidadas a participar da reunião pública presencial.

Exclusivamente no DCP

b) Em todo o documento modificar o termo “readaptação” para “retrofit”.

c) Na página 20 do DCP está faltando a tradução do segundo parágrafo da referência/fonte de informação dos itens de Potência Instalada e Fator de Carga da Usina (FCU) da tabela 12.

No Relatório de Validação e *Validation Report*

d) É necessária a revisão de ambos os documentos. Foram encontradas falhas, como, por exemplo:

- Informações desatualizadas levando-se em conta os demais documentos entregues à CIMGC, como, por exemplo, as informações relacionadas às licenças ambientais das PCHs componentes do projeto.

- Na página 44 do Relatório de Validação e página 47 do *Validation Report* é mencionado que é o MCTI é a Autoridade Nacional Designada (AND). É necessária a substituição de “MCTI” por “CIMGC”, que é a AND brasileira.

Exclusivamente no Relatório de Validação (RL):

e) É necessária a revisão do documento. Foram encontradas falhas, como por exemplo:

- Na página 2 do RL, a data deste relatório não condiz com a demonstrada no *Validation Report*.

- Há algumas versões e datas de Documento de Concepção de Projeto (DCP) que não estão condizentes com as descritas no *Validation Report*, como, por exemplo, na página 2, no último parágrafo da página 5, último parágrafo da página 16, quinto parágrafo da página 18 do RL.

- Há trechos que não estão contidos no *Validation Report*, como, por exemplo, a frase “A tabela 2 se destina a um esboço de relatório: quaisquer atualizações no relatório final são discutidas na tabela 3” na página 15 do RL.

- Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções em todo o Relatório de Validação de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal; como, por exemplo, nas páginas 19, 21 e 22, 30, 31, 32, 33, 34 do RL.

- É necessária a substituição de alguns termos: “margem operacional” por “margem de operação”, “margem acumulada” por “margem de construção”, “licença de validação” por “licença de instalação” e “complementaridade do projeto” por “adicionalidade do projeto”.

- Muitas referências citadas não condizem com as citadas no *Validation Report*, como, por exemplo, a referência citada no primeiro e segundo parágrafo do item 3.5 da página 23 do RL.

- Há trechos que não foram traduzidos corretamente, como, por exemplo, o segundo parágrafo da página 18 do RL, o resultado das conclusões A.4.2 a A.4.5 da página A-23 do RL.

Anexo III

f) No item contribuição para a sustentabilidade ambiental local é necessária a atualização das informações referentes às licenças ambientais das PCHs, e a localização da PCH Irara deverá ser alterada de “Aparecida do Rio Verde” para “Rio Verde”, como descrito nos demais documentos entregues à CIMGC.

Declarações dos participantes de projeto

g) É necessário que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A –ELETROBRÁS encaminhe as declarações: de responsável pela comunicação e dados de contato, de conformidade com a legislação trabalhista, e de conformidade com a legislação ambiental assinadas pelos representantes que possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa. De acordo com a Resolução Eletrobrás RES-811/2013 de 14.11.2013 encaminhada, estes seriam, a Gerente do Departamento de Expansão Energética, Senhora Lilian Laubenbacher Sampaio, e o Gerente da Divisão de Mercado, Senhor Jorge de Oliveira Camargo.

h) É necessário que a São Pedro Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

i) É necessário que a Carangola Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

j) É necessário que a Calheiros Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

k) É necessário que a São Simão Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

l) É necessário que a Funil Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

m) É necessário que a São Joaquim Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

n) É necessário que a Caparaó Energia S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

o) É necessário que a Jataí Energética S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

p) É necessário que a Irara Energética S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

q) É necessário que a Irara Energética S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

r) É necessário que a Monte Serrat Energética S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

s) É necessário que a Santa Fé Energética S/A encaminhe documento que demonstre como a empresa é representada e documentos que comprovem que os Senhores Marcio Barata Diniz e Edvaldo Alves de Santana possuem legitimidade vigente para assinar pela empresa.

Situação ambiental

t) Para a PCH São Pedro, foi apresentada certidão demonstrando que o requerimento de renovação da licença de operação foi protocolado no órgão ambiental competente em 20/08/2012. Na certidão consta afirmação de que a licença de operação tem seu prazo de

validade automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do órgão licenciador. Em consulta ao site do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (SEAMA), do Governo do Estado do Espírito Santo, constatou-se que a PCH conta com Licença de Operação nº 197/2014 válida até 16/10/2018. Solicita-se o envio de tal licença de operação válida.

u) Para a PCH Carangola, foi apresentada a certidão demonstrando que requerimento de renovação da licença de operação foi protocolado no órgão ambiental competente em 2013. Na certidão consta afirmação de que a licença de operação tem seu prazo de validade automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do órgão licenciador. Em consulta ao site do Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), do Governo do Estado de Minas Gerais, verificou-se que o processo de revalidação da licença de operação encontra-se em análise técnica. Solicita-se envio da licença de operação original e atualmente válida, nº 089/ZM, de 22/10/2007.

v) Para a PCH Funil, foi apresentado ofício demonstrando que o requerimento de renovação da licença de operação foi protocolado no órgão ambiental competente em 22/09/2011. Na certidão consta afirmação de que a licença de operação tem seu prazo de validade automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do órgão licenciador. Em consulta ao site do Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), do Governo do Estado de Minas Gerais, verificou-se que o processo de revalidação da licença de operação encontra-se em análise técnica. Solicita-se envio da licença de operação original e atualmente válida, nº 378/2007.

6. Outros Assuntos

Após a deliberação sobre os projetos em pauta, o representante do MCTI informou sobre a necessidade de alteração da data para realização da 95ª reunião ordinária da CIMGC, agendada para 08 de novembro de 2016, devido ao fato de coincidir com a realização da 22ª sessão da Conferência das Partes (COP 22) da UNFCCC. Sugeriu a data de 31 de outubro de 2016, a qual foi aprovada por todos os membros presentes.

Em seguida, informou que a Terceira Comunicação Nacional do Brasil havia sido submetida à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 20 de abril de 2016. Informou também que o Sistema de Registro Nacional de Emissões – Sirene já se encontra finalizado. Disse que o MCTI está programando o lançamento da Terceira Comunicação Nacional do Brasil e do Sirene para breve e que gostaria de contar com a participação dos membros da CIMGC nesse evento.

Por fim, anunciou a finalização da 3ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, cujo lançamento deverá ocorrer em breve e solicitou que Danielly Godiva Santana Molleta – consultora da CGMC/MCTI, fizesse a apresentação dos resultados das Estimativas aos membros, antes de encerrar a reunião.

Esgotados os assuntos da pauta, o representante do MCTI perguntou se mais alguém gostaria de fazer alguma colocação e diante da negativa, encerrou a reunião às 15h30min.